



Ministério do Turismo
Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM
Museu Histórico Nacional – MHN
Divisão de Arquivo Histórico

Coleção Francisco de Paula Argolo

Ficha Técnica

- 1. Nome:** Coleção Francisco de Paula Argolo.
- 2. Sigla:** AR
- 3. Aquisição:** doação da Sra. Maria José Pires Argolo
- 4. Data da aquisição:** 28 de novembro de 1941 – 28.11.1941
- 5. Período de organização:** novembro/dezembro de 1983; revisada em agosto de 2007.
- 6. Responsável:** Waldemir de Araújo Filho (1983) / Eliseu Júnio Leite de Vargas (2007).
Revisado por Bárbara Primo em 05 de julho de 2022.
- 7. Período coberto pela coleção:** 1866-1918.
- 8. Localização:**
- 9. Idioma:** Português
- 10. Espécie / quantidade de documentos:**

ESPÉCIE DE DOCUMENTO		QUANTIDADE
Documentos Textuais (Manuscritos, Datilografados e Impressos)	Diplomas	05
	Cartas Patente	12
	Decretos	06
	Portaria	01
	Comunicado	01
Documentos Iconográficos	Foto	01
Diversos	Homenagem	01

TOTAL		27
--------------	--	-----------

11. Organização da Coleção:

A Coleção é formada por três séries: 1. Documentos Oficiais; 2. Documentos Pessoais; 3. Fotografias. As duas primeiras séries documentais estão dispostas em ordem cronológica. A última é composta por um único item.

Quadro de arranjo da coleção:

SÉRIE / SUB-SÉRIES	SIGLAS	QUANT./DOC.
Série Documentos Oficiais	AR	20
Série Documentos Pessoais	ARD	06
Série Fotografias	ARF	01
TOTAL		27

12. Dados biográficos do titular:

ARGOLO, Francisco de Paula

* militar; const. 1891; dep. fed. BA 1891-1893; min. Guerra 1897 e 1902-1906; min. STM 1905-1920.

Francisco de Paula Argolo nasceu na vila de São Francisco do Conde (BA) no dia 28 de janeiro de 1847, filho do coronel Paulo de Argolo Queirós e de Gracinda de Melo e Silva. Seu pai foi um dos veteranos da Campanha Cisplatina. Seu tio, general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, barão da Cajaíba, participou das lutas da Independência e também da Campanha Cisplatina. Seu primo, general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho, visconde de Itaparica, combateu na Guerra do Paraguai. Seu irmão, o capitão Paulo de Argolo Queirós, morreu na passagem do Itororó, durante o mesmo conflito.

Assentou praça a 19 de outubro de 1866 no 40º Corpo de Voluntários com tempo de serviço de 27 de março de 1865, e, como alferes em comissão, alistou-se junto com o irmão na campanha do Paraguai (1864-1870), onde entrou no 16º Corpo de Infantaria sob o comando do general Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa. Foi então nomeado ajudante de ordens do comando da 1ª Divisão e mais tarde do comando do 2º Corpo de Exército. Posteriormente, passou a servir junto aos estados-maiores de Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, e Luís Filipe Maria Fernando Gastão, conde d'Eu. Pelos serviços prestados nos combates de 16 e 17 de abril e na batalha de 24 de maio de 1866, foi nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo; já por sua atuação durante as batalhas de 16 e 18 de junho do mesmo ano, recebeu o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Ainda durante a Guerra do Paraguai, conquistou os galões de alferes, em 18 de junho de 1868, passando a servir junto ao comando do 1º Corpo Exército, e de tenente, em 20 de fevereiro de 1869, com antiguidade de 11 de dezembro de 1868. Foi ainda comissionado no posto de capitão. Essas duas últimas promoções foram concedidas por bravura na “dezembrada”, série de batalhas travadas em dezembro de 1868 na região do Chaco sob o comando do marechal Luís Alves de Lima e Silva e vencidas pelas tropas brasileiras. Participou também da Campanha das Cordilheiras, na fase final da guerra, e em 1870 serviu no batalhão de engenheiros que foi para a cidade paraguaia de Humaitá. Em 1º de março daquele ano deixou o teatro de guerra, retornando ao Brasil.

Em 27 de abril de 1871 foi confirmado no posto de capitão por atos de bravura, com antiguidade de 28 de outubro de 1869. Também naquele ano, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde fez os cursos de infantaria e cavalaria. Escolheu a infantaria, arma na qual permaneceu até o fim de sua vida militar. Ainda durante o Império foi

promovido a major, em 24 de maio de 1888, e já na República passou a tenente-coronel, em 7 de janeiro de 1890, e a coronel, em 17 de março seguinte.

DEPUTADO E MINISTRO

Nas eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte, candidatou-se a deputado pela Bahia. Duas chapas se apresentaram: uma em apoio ao governo provisório de Deodoro da Fonseca, e outra, contra. Na primeira, foram incluídos os nomes indicados pelo Clube Militar, organizado logo após a proclamação da República. Além do coronel Francisco de Paula Argolo faziam parte da chapa o almirante Custódio de Melo, o capitão de mar e guerra barão de São Marcos, o tenente-coronel Paula Guimarães, o general Dionísio Cerqueira, o capitão Salvador Pires e Artur Rios. Todos foram eleitos e tomaram posse em 15 de novembro de 1890.

Diante da questão política surgida logo no começo da Constituinte para saber se esta concederia, ou não, poderes especiais ao governo provisório, Argolo assinou a moção de Ubaldino do Amaral, consagrando legalmente o governo. Em sua opinião, os estados só deveriam tratar de sua organização definitiva depois que fosse promulgada a Constituição Federal; achava ainda que os militares só deveriam perder as patentes em caso de condenação por crime infame, como previsto nos códigos militares.

Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou, a partir de junho, a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Em 1892 foi eleito membro da Comissão de Marinha e Guerra da Câmara e passou a integrar o diretório do Partido Nacional Democrata, fundado no dia 25 de abril em Salvador. Além de concentrar seus esforços na política, dedicava-se também à carreira militar. Promovido a general de brigada em 5 de setembro de 1893, como comandante do 5º Distrito Militar marchou do Paraná para a cidade de São Bento, em Santa Catarina, para participar da repressão à Revolução Federalista, que fora deflagrada em fevereiro no Rio Grande do Sul e avançava pelos estados vizinhos. Como Desterro (atual Florianópolis), capital de Santa Catarina, estava tomada pelos revolucionários, no dia 11 de novembro proclamou São Bento capital provisória do estado e assumiu o governo. No dia seguinte, em face da aproximação dos revoltosos da entrada da cidade, retirou-se, destruindo as pontes que encontrava pelo caminho. Junto com as autoridades que o acompanhavam, refugiou-se em Rio Negro, marchando mais tarde para Lapa, ambas

cidades do Paraná. Afinal, em 31 de dezembro de 1893, encerrou seu mandato de deputado federal.

Em 1894, durante a Revolta da Armada, movimento promovido por unidades da Marinha brasileira contra o governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), atuou na defesa da cidade de Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro.

Em 4 de janeiro de 1897, durante a interinidade de Manuel Vitorino Pereira como presidente da República em decorrência do afastamento por doença do presidente Prudente de Moraes (1894-1898), foi nomeado ministro da Guerra, sucedendo ao ministro interino general Dionísio Cerqueira. Demitiu-se em 17 de maio do mesmo ano, pouco tempo depois de Prudente de Moraes ter reassumido o governo, em virtude de um desentendimento com o presidente, que, durante uma reunião de gabinete, mostrou-se insatisfeito com sua atuação no ministério. Seu lugar foi ocupado pelo marechal Carlos Machado Bittencourt. Em 28 de janeiro de 1898, foi nomeado intendente-geral da Guerra. Dois anos depois foi promovido a general de divisão e finalmente, em 13 de julho de 1902, a marechal.

Exerceu novamente o cargo de ministro da Guerra durante todo o governo Rodrigues Alves, de 15 de novembro de 1902, sucedendo ao general João Nepomuceno Medeiros Mallet, a 15 de novembro de 1906, quando transmitiu a pasta ao marechal Hermes da Fonseca. Em sua gestão o Brasil enfrentou questões de fronteira com o Peru, que, entre fins de 1902 e meados de 1903, tentou conquistar as regiões do Alto Juruá e Alto Purus, no estado do Amazonas. Instado por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, responsável pelo processo de consolidação das fronteiras brasileiras, o ministro Argolo reforçou o efetivo do Exército brasileiro naquele estado. O objetivo era conquistar a cidade de Iquitos, no Peru, tomar as lanchas de guerra adversárias e dominar Ucaiale, parte peruana do rio Amazonas. Após vários combates com os peruanos, o Brasil buscou o apoio da Bolívia e do Equador. Intimidado pelas medidas tomadas pelo governo brasileiro, o governo do Peru optou por uma conciliação, formalizada em 12 de julho de 1904.

Em fins daquele mesmo ano, o ministro Argolo teve que enfrentar manifestações de protesto contra a Lei nº 1.261, de 31 de outubro, que instituiu a vacinação e a revacinação obrigatórias contra a varíola. Entre 10 e 16 de novembro, inúmeros protestos irromperam por toda a cidade. O movimento popular que ficou conhecido como Revolta da Vacina serviu de pretexto para que, no dia 14, aproximadamente 300 alunos da Escola Militar da Praia

Vermelha marchassem com destino à cidade com o objetivo de tomar o palácio do governo. Tal ação foi contida pelas forças públicas. Um levante na Escola Preparatória e de Tática do Realengo havia sido frustrado pouco antes, no mesmo dia.

Como resposta, o governo autorizou uma nova reorganização do ensino militar, embora o último regulamento estivesse em vigor apenas desde de 1898. Assim, a Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola Preparatória e de Tática do Realengo foram fechadas, e novos estabelecimentos de ensino foram criados. A Escola de Artilharia e Engenharia ficou localizada no bairro do Realengo, e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, no de Santa Cruz, ambos na capital da República. Para as cidades de Rio Pardo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foram transferidas, respectivamente, a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria e a Escola de Guerra. Por fim, através do Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905, foi aprovado o novo regulamento para os institutos militares de ensino.

Também em sua gestão, no mês de setembro de 1905, foram realizadas as manobras militares nos campos de Santa Cruz. Em setembro do ano seguinte, tais manifestações se repetiram. Outra providência do período foi a instalação de uma fábrica de pólvora sem fumaça em Piquete, no estado de São Paulo.

Ainda como ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), atual Superior Tribunal Militar, por decreto de 24 de fevereiro de 1905, tomando posse em 6 de março do mesmo ano. Passou a presidir o tribunal em 18 de janeiro de 1911, foi reformado em 30 de dezembro de 1914 e, por decreto de 24 de novembro de 1920, foi declarado em disponibilidade, deixando por esse motivo os cargos de presidente e ministro do STM a 26 do mesmo mês e ano.

Pelos diversos serviços prestados ao Exército recebeu a medalha do Mérito Militar, as medalhas da Guerra do Paraguai, e as medalhas concedidas pelas Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai relativas ao mesmo conflito. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de fevereiro de 1930. Era casado com Maria José Pires de Argolo, irmã de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, ministro do Supremo Tribunal Federal (1916-1931) e procurador geral da República (1919-1931).

Cláudio Beserra de Vasconcelos/ Liliâne de Brito Freitas

Fonte:

FREITAS, Liliane de Brito; VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Francisco de Paula Argolo. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARGOLO,%20Francisco.pdf> Acesso em: 05 jul. 2022.

13. História Arquivística:

Documentos doados ao MHN no ano de 1941. **Coleção tombada pelo IPHAN com 27 documentos (processo de tombamento nº1392-T-1997).**

14. Termos de indexação:

ARGOLO, Francisco de Paula. – Vide Coleção.

ARGOLO, Francisco de Paula, Marechal, Retratos – ARF1

OFICIAIS – ARD5

GUERRA DO PARAGUAI – AR6

MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA – AR16; AR19.

CARTA PATENTE – AR1; AR2; AR3; AR4; AR6; AR7; AR8; AR9; AR10; AR12;
AR13; AR18

ORDEM DA ROSA – AR2

ORDEM DE CRISTO – AR1

ORDEM DE SÃO BENTO DE AVIS – AR8

ORDEM DE AVIS – AR11

ALFERES DA ARMA DE INFANTARIA – AR3

MARECHAL – AR4; ARD6; ARD5

ÁLBUM – ARD5

ALFERES – AR3

CAPITÃO GRADUADO DA ARMA DE INFANTARIA – AR7

MEDALHA DE MÉRITO MILITAR – AR5

MAJOR FISCAL DO 12º BATALHÃO DE INFANTARIA – AR9

TENENTE CORONEL COMANDANTE DO 9º BATALHÃO DE INFANTARIA –
AR10

INFANTARIA – AR3; AR4; AR7; AR9; AR10; AR12; ARD5

GENERAL DE BRIGADA – AR13

QUARTEL MESTRE GENERAL – AR14

AJUDANTE GENERAL – AR15

INTENDENTE GERAL DA GUERRA – AR17

GENERAL DE DIVISÃO – AR18

LICENÇA – AR20

MEDALHA GERAL DA CAMPANHA DO PARAGUAI – ARD1

IRMANDADE DO BOM JESUS DOS AFLITOS – ARD2

MEDALHA COMEMORATIVA DA CAMPANHA DO PARAGUAI – ARD3

MEDALHA MILITAR – ARD4

MEMBRO HONORÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSISTÊNCIA
JUDICIÁRIA MILITAR DO BRASIL – ARD6

Coleção Francisco de Paula Argolo
Inventário Analítico

Série documentos oficiais (1866-1906) - AR

NOTAÇÃO	RESUMO	Nº DE PÁGINAS
<p style="text-align: center;">AR1 46.368</p>	<p>Carta Patente nomeando-o Cavaleiro da Ordem de Cristo. Rio de Janeiro, 03.11.1866.</p>	<p style="text-align: center;">2 p. mss.</p>
<p style="text-align: center;">AR2 46.369</p>	<p>Carta Patente nomeando-o Cavaleiro da Ordem da Rosa. Rio de Janeiro, 14.08.1867.</p>	<p style="text-align: center;">2 p. mss.</p>
<p style="text-align: center;">AR3 46.370</p>	<p>Carta Patente promovendo-o ao posto de Alferes da Arma de Infantaria. Rio de Janeiro, 28.08.1869.</p>	<p style="text-align: center;">2 p. mss.</p>
<p style="text-align: center;">AR4 46.371</p>	<p>Carta Patente aprovando a promoção feita pelo Marechal de Exército, Marquês de Caxias, Comandante em Chefe do Exército em operações contra o Governo do Paraguai, confirmando-o no posto de Tenente da Infantaria. Rio de Janeiro, 30.08.1869.</p>	<p style="text-align: center;">2 p. mss.</p>
<p style="text-align: center;">AR5 46.372</p>	<p>Participação da Repartição de Ajudante General, anexa à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, Comunicando que lhe foi concedido o uso da medalha de mérito militar criada por Decreto nº 4131 de 28.03.1868. Rio de Janeiro, 25.10.1870.</p>	<p style="text-align: center;">1 p. ms.</p>
<p style="text-align: center;">AR6 46.373</p>	<p>Carta Patente nomeando-o Oficial da Ordem da Rosa, por serviços prestados na Guerra do Paraguai e, em particular, no combate de 21.03.1868. Rio de Janeiro, 14.01.1871.</p>	<p style="text-align: center;">2 p. mss.</p>

NOTAÇÃO	RESUMO	Nº DE PÁGINAS
<p>AR7 46.374</p>	<p>Carta Patente determinando que seja considerado Capitão Graduado da Arma de Infantaria. Rio de Janeiro, 03.07.1872.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR8 46.375</p>	<p>Carta Patente nomeando-o Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis. Rio de Janeiro, 07.12.1883.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR9 46.376</p>	<p>Carta Patente promovendo-o ao posto de Major Fiscal do Décimo Segundo Batalhão de Infantaria. Rio de Janeiro, 05.06.1888.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR10 46.377</p>	<p>Carta Patente do Chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, Marechal do Exército Manoel Deodoro da Fonseca, promovendo-o ao posto de Tenente Coronel Comandante do 9º Batalhão de Infantaria. Rio de Janeiro, 06.08.1890.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR11 46.378</p>	<p>Decreto do Chefe do Governo Provisório, Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, nomeando-o Oficial da Ordem de Avis. Rio de Janeiro, 16.09.1890.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR12 46.379</p>	<p>Carta Patente do Chefe do Chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, Marechal do Exército Manoel Deodoro da Fonseca, promovendo-o ao posto de Coronel Comandante do 9º Batalhão de Infantaria Rio de Janeiro, 31.01.1891.</p>	<p>2 p. mss.</p>

NOTAÇÃO	RESUMO	Nº DE PÁGINAS
<p>AR13 46.380</p>	<p>Carta Patente promovendo-o ao posto de General de Brigada. Rio de Janeiro, 20.09.1893.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR14 46.381</p>	<p>Decreto nomeando-o para o cargo de Quartel Mestre General. Capital Federal, 01.11.1894.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR15 46.382</p>	<p>Decreto nomeando-o Ajudante General. Capital Federal, 25.03.1896.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR16 46.383</p>	<p>Decreto nomeando-o para o cargo de Ministro de Estado da Guerra. Capital Federal, 04.01.1897.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR17 46.384</p>	<p>Decreto nomeando-o Intendente Geral da Guerra. Capital Federal, 12.01.1899.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR18 46.385</p>	<p>Carta Patente promovendo-o ao posto de General de Divisão. Rio de Janeiro, 07.02.1900.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR19 46.386</p>	<p>Decreto nomeando-o para o cargo de Ministro de Estado da Guerra. Capital Federal, 15.11.1902.</p>	<p>2 p. mss.</p>
<p>AR20 46.387</p>	<p>Portaria do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, concedendo-o um ano de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde. Rio de Janeiro, 12.01.1906</p>	<p>2 p. mss.</p>

**Coleção Francisco de Paula Argolo
Inventário Analítico**

Série Documentos Pessoais (1874-1918) – ARD

NOTAÇÃO	RESUMO	Nº DE PÁGINAS
<p style="text-align: center;">ARD1</p> <p>46.388</p>	<p>Diploma concedendo a Medalha Geral da campanha do Paraguai conferida por Decreto de nº 4560 de 06/08/1870. Rio de Janeiro, 22/04/1874.</p>	<p style="text-align: center;">1 p. ms.</p>
<p style="text-align: center;">ARD2</p> <p>46.389</p>	<p>Diploma conferido pela Irmandade do Sr. Bom Jesus dos Aflitos, admitindo-o como irmão. Bahia, 16.11.1885.</p>	<p style="text-align: center;">1 p. ms.</p>
<p style="text-align: center;">ARD3</p> <p>46.390</p>	<p>Diploma concedendo a Medalha comemorativa da Campanha do Paraguai reconhecida em lei pelo Senado e Câmara dos Deputados da Nação Argentina. Buenos Aires, ?.11.1889</p>	<p style="text-align: center;">1 p. ms.</p>
<p style="text-align: center;">ARD4</p> <p>46.391</p>	<p>Diploma da Medalha Militar concedida por decreto presidencial de 24.05.1902, em reconhecimento aos bons serviços militares prestados durante mais de 30 anos. Capital Federal, 24.05.1902</p>	<p style="text-align: center;">1 p. ms.</p>

NOTAÇÃO	RESUMO	Nº DE PÁGINAS
<p>ARD5 46.392</p>	<p>Ao Marechal Argolo os oficiais do 4º Distrito Militar. Álbum de capa azul contendo uma placa de prata com dizeres acima e contendo a relação nominal dos oficiais dos 1º e 9º Regimentos de Cavalaria, dos 1º e 6º Batalhões de Artilharia de Posição, dos 2º e 5º Regimentos de Artilharia de Campanha e dos 1º, 7º, 10º, 12º, 20º, 22º, 23º, 24º, 28º e 38º Batalhões de Infantaria. Capital Federal, 01.11.1909.</p>	<p>17 f. mss.</p>
<p>ARD6 46.393</p>	<p>Diploma conferido pela Assembléia Geral da Assistência Judiciária Militar do Brasil, pela qual o marechal Francisco de Paula Argolo passa a pertencer àquela na qualidade de membro honorário. Rio de Janeiro, 24.02.1918.</p>	<p>1 p. ms.</p>

**Coleção Francisco de Paula Argolo
Inventário Analítico**

Série Fotografias – ARF

NOTAÇÃO	RESUMO
ARF1 46.394	[Retrato de Francisco de Paula Argolo].--[189-?]. 01 foto: p&b ; 17 x 12 cm. Tamanho da moldura: 22 X 16 cm. Resumo: busto, de frente e fardado.